

A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL E A DESCONSTRUÇÃO DE MITOS ACERCA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

SOCIAL WORK RESEARCH AND THE DECONSTRUCTION OF MYTHS ABOUT THE HOMELESS POPULATION

LA INVESTIGACIÓN EN TRABAJO SOCIAL Y LA DECONSTRUCCIÓN DE MITOS ACERCA DE LA POBLACIÓN SIN-TECHO

Elaine Patrícia Oliveira¹
Neiva Silvana Hack²

Resumo

Este artigo foi elaborado a partir de monografia para graduação em Serviço Social. Como espaços socio-ocupacionais, os projetos de extensão sobre a população em situação de rua demonstram a importância da pesquisa e da extensão acadêmicas para a formação do assistente social. As produções da iniciação científica desenvolvidas nesses espaços subsidiam a intervenção, geram o aporte teórico-prático para alcançar a sociedade de maneira efetiva. Isto posto, indaga-se: “Como a pesquisa em Serviço Social pode ser usada para a desconstrução de mitos acerca da população em situação de rua?”. Esta pesquisa pretende responder a tal questionamento por meio de um estudo documental e bibliográfico. Discutem-se os meios de comunicação, o serviço social e a formação de opinião da sociedade a respeito da população em situação de rua, a fim de aproximar o leitor da temática. Aborda-se também o papel da pesquisa na história do serviço social.

Palavras-chave: pesquisa; projeto de extensão; Serviço Social.

Abstract

This article was written from a monograph to graduate in Social Work. As social-occupational spaces, the extension projects about the homeless population demonstrate the importance of academic research and extension for social workers training. The scientific initiation productions developed in these spaces subsidize the intervention, generate the theoretical and practical support to reach society effectively. This being said, the question is: "How can research in Social Work be used to deconstruct myths about the homeless population?". This research intends to answer this question through a documental and bibliographic study. The media, Social Work and the formation of society's opinion about the homeless population are discussed in order to bring the reader closer to the theme. The role of research in the history of Social Work is also addressed.

Keywords: research; extension project; Social Work.

Resumen

Este artículo fue elaborado a partir de monografía para el curso de pregrado en Trabajo Social. Como espacios socio-ocupacionales, los proyectos de extensión sobre la población sin-techo demuestran la importancia de la investigación y de la extensión académicas en la formación del trabajador social. Los trabajos de la iniciación científica desarrollados en esos espacios apoyan la intervención profesional, generan el soporte teórico-práctico para llegar a la sociedad de manera efectiva. Frente a eso, cabe la pregunta: ¿Cómo la investigación en Trabajo Social puede ser usada para la desconstrucción de mitos acerca de la población sin-techo? Esta investigación pretende contestar a esa interrogante por medio de un estudio documental y bibliográfico. Discurre sobre los medios de comunicación, el trabajo social y la formación de la opinión de la sociedad respecto a la población sin

¹ Estudante de pós-graduação em Estratégias de Enfrentamentos à Violência no Centro Universitário Internacional — Uninter, bacharel em serviço social, pesquisadora no projeto *População em situação de rua em Curitiba: perfil e vivências no território central da cidade*. E-mail: helainepaty@gmail.com.

² Mestre em Tecnologia em Saúde (PUC-PR), Especialista em Gestão Social (pós-graduação Bagozzi), bacharel em serviço social (PUC-PR), e professora do Curso de Serviço Social Centro Universitário Internacional — Uninter. E-mail: neiva.h@uninter.com.

hogar, con el fin de acercar al lector a esa temática. Analiza también el rol de la investigación en la historia del trabajo social.

Palabras-clave: investigación; proyecto de extensión; Trabajo Social.

1 Introdução

Norteados pela pesquisa, pelo ensino e pela extensão, o serviço social conquistou reconhecimento nos seus processos de trabalho, e alcançou novos espaços socio-ocupacionais em instituições de ensino superior e projetos de extensão, seja na perspectiva da docência e na supervisão de estágio, seja na coordenação de pesquisas. Desta forma, viabiliza-se o entendimento e o desenvolvimento da pesquisa científica na formação do assistente social.

Neste trabalho, o tema central é a pesquisa em serviço social e a desconstrução de mitos acerca da população em situação de rua. O pano de fundo para tal debate é a reprodução do preconceito contra a população em situação de rua, que pode incorrer, inclusive, em violências diversas, reforçadas pela mídia. Diante disto, pretende-se discutir a importância da pesquisa e da socialização dos dados científicos obtidos, para difundir o reconhecimento dessa população, pela sociedade, como sujeitos de direitos.

Isto posto, apresenta-se o seguinte problema para a pesquisa: como a pesquisa em Serviço Social pode ser usada para a desconstrução de mitos acerca da população em situação de rua? Para responder ao questionamento, o objetivo geral é compreender o papel da pesquisa em Serviço Social na desconstrução de mitos acerca da população em situação de rua.

Delimitam-se, então, os seguintes objetivos específicos: elencar exemplos de meios de comunicação que disseminam mitos a respeito da população em situação de rua na sociedade contemporânea; compreender o papel da pesquisa no serviço social ao longo de sua história; identificar contribuições da pesquisa em espaços acadêmicos para o fortalecimento profissional do serviço social.

Adotam-se as metodologias do estudo documental e do bibliográfico. Na explicação de (FONSECA, 2002, p. 32 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37), “A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias [...]”. Ainda na perspectiva deste autor, no que diz respeito à pesquisa bibliográfica, esta “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” (FONSECA, 2002, p. 32 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37).

Os resultados obtidos estão sintetizados e apresentados a seguir.

2 Desenvolvimento

2.1 Meios de comunicação, Serviço Social e a formação de opinião da sociedade a respeito da população em situação de rua

Para abordagem da bibliografia sobre os meios de comunicação, recorre-se à obra *Liberdade de expressão x Liberdade da imprensa*, de Lima (2012). No campo das comunicações, o autor apresenta Thomas Paine (1737-1809), cidadão inglês, como referência em relação à liberdade de imprensa, a partir da seguinte reflexão:

Um homem não demanda liberdade antecipadamente para falar algo que ele tem a dizer, mas ele se torna responsável depois pelas atrocidades que ele pode ter dito. Da mesma forma, se um homem faz a imprensa dizer coisas atroz, ele se torna tão responsável por elas como se ele as tivesse dito pela boca. (LIMA, 2012, p. 49).

O termo “liberdade” alude à responsabilidade pelo que se expõe. Deve-se ter controle ao opinar, ao decretar e/ou avaliar determinado assunto. Chama-se atenção, neste estudo, para a responsabilidade da imprensa, pelo impacto que uma notícia pode causar, com resultados inesperados ou estrategicamente desejados, segundo cada intencionalidade.

No âmbito dos meios de comunicação, o serviço social compreende a importância de explorar conhecimentos de outras áreas, de articular com outras especificidades para melhor apreender às contradições das relações sociais. Para Figueiredo (2011, p. 324): “A comunicação é, sem dúvida, uma das importantes características da modernidade e vem evoluindo em estreita relação dialética, e não mecânica, com as relações sociais. É, portanto, um objeto em constante transformação.”. A área das comunicações e da mídia, segundo Figueiredo (2011), sofre constantes mudanças e exige, na mesma proporção, qualificação e atualização de seus profissionais.

O enfrentamento de preconceitos e a intervenção profissional em defesa daqueles afetados por equívocos ou manipulação de informações exige maior conhecimento a respeito do universo da comunicação. Vale ressaltar, conforme Lima (2012, p. 52), que a grande imprensa está

[...] concentrada nas mãos de uns poucos grupos empresariais familiares, beneficiária da propriedade cruzada e da ausência histórica de formas democráticas de regulação. Quais as consequências desse quadro para a universalização da opinião do povo, da pluralidade de fontes e da diversidade de conteúdos implícitas na posição Iluminista de Jefferson?”.

Os exemplos usados pelo autor são baseados na história dos Estados Unidos, mas cabem

no Brasil atual.

É uma triste verdade que a supressão da imprensa não poderia privar mais completamente a nação de seus benefícios do que se se prostituíssem os jornais, entregando-se à publicação de mentiras. Não se pode agora acreditar no que se vê num jornal. A própria verdade torna-se suspeita se é colocada nesse veículo poluído. A verdadeira extensão deste estado de falsas informações é somente conhecida daqueles que estão em posição de confrontar os fatos que conhecem com as mentiras do dia. (JEFFERSON, 1807 apud LIMA, 2012, p. 53).

A declaração do excerto parece descrever perfeitamente a postura dos meios de comunicação em 2021. No ano de 2003, durante o governo Lula, criou-se, no Ministério das Comunicações, uma Secretaria das Telecomunicações, e estabeleceu-se o papel da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Contudo, mesmo após a criação e a intervenção desta agência, “não houve mudança significativa que aponte para uma democratização dos meios de comunicação.” (FIGUEIREDO, 2011, p. 326). O poder de publicar e formar opiniões ainda é restrito a poucos grupos. Diante da questão da democratização, entende-se a responsabilidade dos assistentes sociais no sentido de compreender a relação de sua profissão com os meios de comunicação, bem como os impactos das informações difundidas pela grande imprensa a respeito do público atendido pelo serviço social.

O presente trabalho compreende o fenômeno da população em situação de rua como uma expressão da questão social³, e, desta forma, supõe que a atuação do assistente social deve considerar as dinâmicas e contradições presentes na sociedade capitalista, cuja influência impacta também na forma de comunicar e no abuso do poder do capital para criar narrativas que culpabilizam a pobreza e a classe trabalhadora.

Em tal conjuntura, o Assistente Social necessita de informações qualificadas, sustentadas em estudos científicos, para subsidiar sua atuação de forma que sejam superados conceitos e preconceitos construídos pelo senso comum, bem como práticas conservadoras e discriminatórias. Destaca-se, nesta pesquisa, as questões referentes à população em situação de rua. Contudo, a reflexão cabe aos mais diversos grupos de usuários atendidos pelo serviço social.

Fica evidenciada a necessidade de profissionais que se dediquem à produção e socialização do conhecimento científico, contribuindo com toda a categoria. Reforça-se a demanda pela atitude investigativa do assistente social, posto que, para o serviço social “O

³ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 84).

ofício da pesquisa é importante no e para o trabalho profissional implicando, pois, numa formação de profissionais com a capacidade de empreender uma leitura-análise situada no tempo e no espaço da realidade em movimento e da própria profissão nela inserida.” (NICOLAU; SANTOS, 2016, p. 383).

Torna-se essencial o trabalho de um profissional com ética como princípio formativo em atividades de pesquisa, de intervenção, bem como na publicação de resultados, processo reiterativo do compromisso com a defesa dos direitos humanos, da democracia, da igualdade e da justiça social (BRASIL, 1993).

A socialização dos conhecimentos sustentados por pesquisa e cientificidade amplia as possibilidades de mobilização do usuário, e do acesso a seus direitos. Nesta concepção, Figueiredo (2011, p. 336) afirma que identificam a “mobilização social como alternativa, uma vez que, quando os usuários indicam o ‘boca-a-boca’ como melhor meio de comunicação, o pontapé inicial, desta forma partiu de um profissional, o Assistente Social no exercício de suas atribuições”.

Por meio do som e da imagem o profissional se comunica com os usuários, a linguagem é fundamental para disseminar as informações, para promoção dos direitos desses cidadãos. O desconhecimento, pelos usuários, acerca de seus direitos e possibilidades, implica fortalecimento das condições para as violações. Além disto, o acesso a informações tendenciosas impede uma percepção que promova a cidadania e a participação. É dever do Estado proporcionar políticas públicas que ofereçam ao povo condições para exercer seus direitos. Porém, o povo brasileiro, conforme Lima (2012, p. 11), “tem sido regularmente impedido de exercer o poder soberano. De um lado, por falta de adequada informação sobre as questões de interesse público; de outro, pela impossibilidade em que se encontra o conjunto dos cidadãos de manifestar publicamente suas opiniões ou protestos.”.

O assistente social atua no cenário político, ora a representar o poder público, ora à sociedade organizada. Em todo caso, deve agir segundo os princípios do seu Código de Ética profissional.

As propriedades de governo devem ser esclarecidas por quem recebeu a tarefa da representação. Então, é preciso distinguir o que vem a ser uma comunicação de governo e uma comunicação pública. É necessário, também, compreender o lugar do Assistente Social, ainda que responda pelo gerenciamento de um determinado setor. (FIGUEIREDO, 2011, p. 329).

O serviço social está presente nesses meios, inserido em conselhos, conferências, os quais são espaços de representatividade social; ou, enquanto agente dos setores do poder

público. Os diversos meios de comunicação com a comunidade, com a população, tornam-se um desafio para a profissão. Portanto, entende-se que a profissão se modifica, assim como as tendências de comunicação.

Outro ponto importante diz respeito às práticas comunicativas em instituições públicas e privadas, por se tratarem de ambientes nos quais o profissional do serviço social está inserido em seus processos de trabalho, à frente da elaboração de projetos, campanhas entre outros. Nesses locais atuará com outros profissionais e, assim, a partir das especificidades do serviço social, poderá contribuir para que a comunicação não viole os direitos dos usuários. Reis (2011) nos diz que:

A comunicação contemporânea, seja de instituições públicas ou privadas, ocorre fortemente apoiada nos conceitos de mecanismos de participação, de cidadania ativa e de “empoderamento” do consumidor. Na dimensão das instituições privadas, a comunicação de marketing, ou seja, aquela voltada para produtos e serviços com ênfase em geração de negócios, demanda a articulação com questões e exigências sociais. [...]. Há que se incluir aqui os grupos sociais organizados, que representem, de forma permanente ou temporária, seus interesses nos processos de formulação e implementação de políticas públicas.

Na dimensão das instituições públicas não-estatais, ou terceiro setor, a prevalência da comunicação institucional ocorre naturalmente por conta de seu modelo e espaço de atuação. Cabe a essa dimensão comunicacional estimular o exercício da cidadania, dar acesso à informação e educação sobre questões públicas e estimular a mobilização e participação dos grupos sociais organizados.

Por fim, é na dimensão das instituições públicas estatais que a prática comunicativa, como mecanismo de exercício de cidadania, acesso à informação, democratização e participação dos processos de problematização e de decisão sobre as políticas públicas se torna prioritária para a implementação do estado democrático de direito. (REIS, 2011, p. 11-12).

A comunicação contemporânea é temática muito abrangente e compreende diferentes âmbitos de expressão e atenção. Em vista disto, aborda-se o exemplo dos meios de comunicação desenvolvidos em ambientes on-line, nos quais circulam as chamadas *fake news*. É fundamental considerar o debate acerca da comunicação on-line, por seu evidente alcance. Trata-se de meio em que os usuários têm acesso facilitado, por celulares, tablets e computadores. Embora não seja gratuita e universal, a internet é uma fonte muito utilizada de acesso a informações.

Quando se trata de *fake news*, autores como Allcott e Gentzkow (2017 apud DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 4) “defendem este fenômeno como ‘artigos noticiosos’ que são intencionalmente falsos e aptos a serem verificados como tal, e que podem enganar os leitores”. Um exemplo de ambiente no qual as notícias falsas circularam amplamente é o *Facebook*. O artigo *Fake news nas redes sociais on-line: propagação e reações à desinformação em busca de cliques*, mostra o seguinte exemplo:

No Brasil, fenômeno parecido ocorreu na semana que antecedeu a votação da abertura do processo de Impeachment da então presidenta Dilma Rousseff: três das cinco notícias mais compartilhadas no **Facebook** eram falsas, de acordo com o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (USP), que investigou o desempenho de 8.290 reportagens, publicadas por 117 jornais, revistas, sites e blogs noticiosos entre 12 a 16 de abril de 2016. (LAVARDA; SANCHOTENE; SILVEIRA, 2016, p. 1 apud DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 6).

Para Delmazo e Valente (2018, p. 13) “A disseminação das redes sociais online e a cultura de partilha abrem margem para que a desinformação atinja um novo patamar”. O problema da disseminação de notícias falsas ganhou visibilidade pela capacidade de influenciar sistemas políticos, especialmente processos eleitorais, e acentuar a polarização.

A difusão de informações falsas ou distorcidas propaga também o preconceito relacionado à população em situação de rua, entendimento verificado no processo de elaboração do artigo *Reportagens sobre a População em Situação de Rua em Curitiba: o que a sociedade vê* (LEITE *et al.*, 2019), escrito por professores e alunos do serviço social, e do qual também participaram as outras deste estudo.

Nas reportagens divulgadas em 2018, analisadas para desenvolvimento do artigo supracitado, identificaram-se relatos que descreviam falas de comerciantes, de jornalistas, de representantes políticos e comerciais sobre a proliferação da população em situação de rua. O preconceito, a discriminação, a criminalização, e os relatos de insegurança, com termos pejorativos, divulgados nas mídias on-line, tem alcance inimaginável e impacto sobre a reprodução desses conceitos.

O Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. O quinto objetivo desta Política, no artigo 7º, é “desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos” (BRASIL, 2009, [n.p.]). Diante de tal previsão, bem como do conjunto das disposições deste Decreto, é possível afirmar que a reprodução de informações preconceituosas na mídia desrespeita à legislação vigente, e evidencia a necessidade da efetivação de campanhas e estratégias informativas capazes de enfrentar o preconceito e impulsionar práticas respeitadas.

Em vista de tanta informação propagada pelos meios de comunicação, entende-se a necessidade de acesso a dados fidedignos e análises capazes de ampliar o conhecimento e enfrentar preconceitos. A pesquisa é um recurso para atender tal demanda.

A pesquisa *Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua*, publicada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em

2009, divulga dados que contribuem para desconstruir mitos, a respeito da população em situação de rua, baseados no senso comum e reforçados pelos meios de comunicação predominantes. Aplicada em 71 cidades, a investigação identifica 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua, dentre as quais, 2.776 em Curitiba (BRASIL, 2009b).

A pesquisa nacional evidencia informações como a predominância (70,9%) de pessoas em situação de rua que desenvolvem atividades remuneradas, dirimindo preconceitos relacionados à exclusiva dependência de doações ou benefícios sociais. Também salienta que, dentre os principais motivos da ida para as ruas, estão o uso de substâncias psicoativas (35,5%), o desemprego (29,8%) e as desavenças familiares (29,1%). A pesquisa aponta que, embora existam aqueles que não conseguem vagas para dormir nos albergues, e outros que preferem não usar tais espaços, o motivo predominante para se escolher dormir nestas unidades é a violência nas ruas. A publicação também denuncia as discriminações sofridas para acesso a espaços públicos, comerciais, e mesmo para atendimento médico. O conhecimento acerca das vivências de violência e discriminação sofridas pela população em situação de rua se choca com a reprodução da imagem desta população como ameaça à segurança pública, e exige reflexão sobre a garantia do direito à segurança a esse grupo populacional (BRASIL, 2009b).

Outro exemplo de pesquisa reveladora da contradição entre os fatos e as informações obtidas nos meios de comunicação está no já mencionado artigo *Reportagens sobre a População em Situação de Rua em Curitiba: o que a sociedade vê*⁴ (LEITE *et al.*, 2019). Referente aos dados levantados nos meios de comunicação on-line (LEITE *et al.*, 2019), identificou-se que, além da ineficácia das políticas públicas, há estímulo da mídia para culpabilizar o indivíduo que vive nas ruas. Portanto, é significativo evidenciar, nesta discussão, o papel que a mídia exerce. A população receptora desses conteúdos talvez reproduza o preconceito e o conservadorismo contidos nessas representações midiáticas, o que inclui práticas assistencialistas pontuais, as quais não contribuem para transformação da realidade.

O trabalho apresentado em Leite *et al.* (2019) também mostrou a questão da violência. Percebe-se a ausência de políticas de segurança pública para prevenção da violência contra a população em situação de rua. Os registros dos noticiários expunham casos de agressão e de morte entre indivíduos que viviam nas ruas, bem como ocorrências nas quais pessoas que não viviam nas ruas agrediam ou matavam alguém em situação de rua. Não houve, em nenhuma das notícias, o inverso, no qual pessoas em situação de rua cometeram graves agressões ou homicídio contra quem não estava na mesma condição.

⁴ Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/uninterenfoc2018/134844-reportagens-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-em-curitiba--o-que-a-sociedade-ve/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

Diante de resultados como os dessas pesquisas, o serviço social pode criar alternativas que envolvam diversos meios de comunicação, para sensibilizar a população sobre a necessidade de vencer preconceitos e promover políticas públicas efetivas, com ampliação de estratégias de garantia de transparência em relação aos fatos.

Apesar das contínuas mudanças, outro meio de fácil acesso e amplo alcance é o televisivo. Segundo Filho (1988) — doutor em comunicação, jornalista e sociólogo — famílias com maior renda assistem a menos séries de televisão do que as famílias de menor renda. “A relação pode ser observada também em nível educacional: quanto mais alto o nível escolar atingido pelo chefe da casa, menor é o índice médio de audiência de televisão.” (FILHO, 1988, p. 82). Ou seja, a cultura educacional tem um impacto direto na formação de opinião da sociedade.

Quanto ao papel da mídia em relação à sociedade, pergunta-se: a mídia comunica parte do que a sociedade demanda, ou há manipulação dos canais para construção de ideologias?

Há um grande mito, popularmente disseminado, de que os meios de comunicação, em especial a TV, formam a opinião pública. Na verdade, porém, sua atuação não é tão decisiva. É preciso considerar a força de outros mecanismos que, embora mais discretos, são muito mais poderosos do que os meios de comunicação. Segundo Dieter Prokop, se trata dos posicionamentos e opiniões profundamente arraigados que se formam naturalmente, sem a influência dos meios de comunicação, ao longo da história de cada um. (FILHO, 1988, p. 89).

O fator individual, correspondente à história de vida das pessoas, torna-se aquilo que buscam e esperam dos meios de comunicação, e não permitem tão facilmente a imposição de maneiras de ser ou de pensar. Contudo, Filho (1988, p. 89) explica que “Não é difícil, entretanto, manipular, visto que se pode jogar com as deficiências informativas do público e confundi-lo a ciladas lógicas e argumentativas, se considerarmos que manipular é forjar cifras, falsear resultados”. Nisto se enquadram também a sonegação de dados, os recortes estratégicos de informação conforme o objetivo da comunicação.

Sendo assim, por desconhecimento e desinformação, não há crítica, o que gera incapacidade de contra-argumentar e de questionar. Um receptor bem informado poderá, através de dados e estudos, avaliar qualquer tentativa de forjamento de informações.

Diante dessa abundância de informações, no âmbito do serviço social, no que tange ao campo da comunicação, o profissional deve trabalhar as diversas linguagens para se comunicar com os usuários, com a sociedade e com o poder público. No que se refere à intervenção relacionada à população em situação de rua, o serviço social, como profissão que trabalha para viabilizar direitos ao cidadão, encontra oportunidade de contribuir para minimizar a

desigualdade social, os preconceitos, as práticas profissionais conservadoras, com embasamento proveniente de pesquisas. A partir destas, pode-se subsidiar a criação de políticas públicas e assessorar, seja no âmbito público ou privado, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e outros coletivos, para demonstrar, por meio de dados quantitativos e qualitativos, que não se deve naturalizar a existência de uma população em situação de rua.

2.2 A pesquisa como mecanismo para enfrentamento da desinformação na história do Serviço Social

A pesquisa é um campo consolidado de atuação do serviço social, para qualificação do profissional. O serviço social se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, na conjuntura formada pelo desenvolvimento capitalista industrial e a expressão urbana.

A obra *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* retrata a conjuntura na qual se origina a profissão. Para Iamamoto e Carvalho (2014 p. 83), “O desenvolvimento capitalista industrial e a expressão urbana, processos estes aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes — a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial” são os elementos presentes na gênese do serviço social.

Segundo a perspectiva desses autores, é nesse contexto que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, com a emergência, sob novas formas, da chamada “questão social”, objeto eleito para o trabalho do assistente social. Conforme Iamamoto e Carvalho (2014 p. 84), “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. Portanto, é a exteriorização, cotidiana, da contradição entre proletariado e a burguesia, que passa a exigir outras formas de intervenção, além da caridade e da repressão.

Vale ressaltar que o trabalho do assistente social se insere em uma relação de compra e venda, sua força de trabalho é mercantilizada. Iamamoto e Carvalho (2014) apontam que, embora a profissão não se empenhe diretamente nas funções produtivas da classe trabalhadora, articula-se com outras profissões para proporcionar condições necessárias ao processo de reprodução do capital, no seu conjunto, de forma integrada à divisão social e técnica do trabalho.

Ao refletir sobre o serviço social no sistema capitalista, Iamamoto e Carvalho (2014 p. 95) mostram que, “[...] historicamente, não constitui atividade proeminente para essa categoria profissional a produção de conhecimentos científicos. Emerge e se afirma em sua evolução

como uma categoria voltada para a intervenção na realidade [...]”, beneficiando-se dos conhecimentos socialmente acumulados por outras áreas para subsídio de sua prática.

Na concepção de Martinelli (2011), no início da profissão, por conta do contexto conservador e de alianças historicamente construídas com a burguesia, a prática do serviço social se identificou com a burguesa, de modo que ficava subordinada ou determinada por esta. Durante anos, a profissão manteve sua identidade atribuída ao capitalismo, sem um projeto profissional próprio, caracterizada como atividade complementar, e representou, por vezes, formas de repressão e controle.

O efeito dessa situação sobre a consciência crítica da categoria profissional e sobre seus projetos de prática foi bastante grave. Para muitos agentes nada havia de misterioso ou contraditório em se automatizar a prática do Serviço Social, estrategicamente fazendo a profissão e deles próprios a “fase humanitária” e a “mão caridosa” do Estado, da Igreja, da classe dominante. (MARTINELLI, 2011, p. 139).

Para melhor compreensão, deve-se partir do fato de que a profissão surgiu no Brasil na década de 1930, sob forte influência católica. Neste período apareceram as primeiras escolas de serviço social. O fazer profissional apresentava particularidades de caráter predominantemente interventivo. Segundo Hack (2017, p. 4), a “[...] base teórica de sustentação da prática era respaldada por outras áreas do saber, tais como a antropologia, a psicologia, a sociologia e mesmo a teologia.”. Entretanto, com o amadurecimento da profissão, tais sustentações apreendidas de outras áreas instigaram os profissionais a compreenderem o papel do serviço social na produção de conhecimento.

A dedicação dos profissionais do Serviço Social à pesquisa e à produção do saber teve grande contribuição para o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e dentro do Movimento de Reconceituação. Até a década de 1950, as evidências de destaque de profissionais da área estavam relacionadas às práticas de sucesso e ao desenvolvimento de técnicas de intervenção que eram pautadas nas ciências sociais. Apenas a partir de 1960, ganha relevância a produção teórica em Serviço Social. (NETTO, 2015 apud HACK, 2017, p. 8).

A categoria se mobilizou, passou a refletir e discutir a teorização do serviço social brasileiro, bem como as especificidades metodológicas que compunham as ações da profissão no país. Nos documentos produzidos nos seminários de teorização, encontram-se importantes referências acerca da pesquisa que embasaram a atuação do assistente social, assim como o desenvolvimento do processo de reconceituação e renovação da profissão.

No documento de Araxá, síntese do *I Seminário de Teorização do Serviço Social*, realizado em Minas Gerais (Araxá), em março de 1967, em relação à pesquisa e à prática se identifica que:

A evolução dos conceitos de Serviço Social e sua sistematização como disciplina permitem afirmar a existência de componentes essenciais e que podem ser sistematizados como instrumentos de intervenção na realidade social. Nessa intervenção, o Serviço Social atua à base das inter-relações do binômio indivíduo sociedade. Sua teorização se processa a partir da práxis, isto é, o Serviço Social pesquisa e identifica os princípios inerentes à sua prática e sistematiza sua teoria. (CBCISS, 1986, p. 23-24).

O documento de Teresópolis, em 1970, sintetiza o *II Seminário de Teorização*, centralizado na “necessidade de um estudo sobre a Metodologia do Serviço Social frente à realidade brasileira”. Apresenta a classificação em diferentes categorias de conhecimentos para composição das pesquisas/investigações na área do serviço social. No documento, a pesquisa é classificada em “para”, “em” e “sobre” serviço social, segundo suas especificidades (CBCISS, 1986, p. 79).

Percebe-se, nesses seminários, que a pesquisa já estava implantada como elemento necessário ao fazer profissional do assistente social. A partir da década de 1970, a pesquisa ganha destaque no serviço social, com a criação dos cursos de mestrado e doutorado na área. “Este debate se expressa na significativa produção teórica do Serviço Social brasileiro, que vem gerando uma bibliografia própria, e que tem na criação e expansão da pós-graduação, [...] iniciada na década de 70, um elemento impulsionador.” (YASBEK, 2009, p. 12).

O serviço social brasileiro discutia e se apropriava de um debate intelectual no campo das ciências sociais do Brasil e do exterior. Neste cenário acadêmico, a categoria se aprimorou na pesquisa, acerca da natureza de sua intervenção, dos procedimentos e da própria formação, transformou a história da profissão e, principalmente, da realidade social, política, econômica e cultural na qual se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho (YASBEK, 2009).

A profissão avançou em relação à compreensão do Estado capitalista e do processo de trabalho, da realidade institucional e de outros tantos temas. Na perspectiva de crescimento e de desafios em relação à pesquisa na história do serviço social, Yasbek (2009) esclarece:

Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais, apesar das dificuldades decorrentes da falta de experiência em pesquisa, do fato de defrontar com restrições por se constituir em disciplina interventiva (de “aplicação”) e das dificuldades na apropriação das teorias sociais. Nesta década o Serviço Social ganha espaço no CNPq como área de pesquisa. (YASBEK, 2009, p. 13).

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, na década de 1980, estabeleceu o serviço social enquanto área de pesquisa e produção do conhecimento. A produção teórica dos profissionais do serviço social ganhou reconhecimento

e colaborou com outras áreas do saber. Entre o conjunto de produções teóricas das décadas de 1970 e 1980, destacam-se aquelas relacionadas à perspectiva de ruptura. A categoria reconhece a necessidade de romper com o conservadorismo, com a tradição positivista. As décadas de 1980 e 1990 são marcos de alta produtividade teórica para o serviço social (NETTO, 2015).

Em 1990, a categoria se fortalece e constitui o projeto ético-político e profissional a favor da classe trabalhadora, baseado na teoria crítica marxista. O serviço social se posiciona e se materializa a partir da Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão, do Código de Ética, aprovado no mesmo ano, e das Diretrizes Curriculares de 1996. A Lei de regulamentação da profissão, atualizada em 1993, define o ensino e a pesquisa na área do serviço social como atribuições privativas: “Art. 5º atribuições privativas do Assistente Social como por exemplo: I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.” (BRASIL, 1993).

O serviço social conquistou reconhecimento e espaço nos seus processos de trabalho, inclusive nas instituições de ensino superior, o qual compreende a dedicação em ações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. Nos espaços acadêmicos, o serviço social também atua em práticas consultivas para as políticas sociais e o assessoramento de equipes de profissionais. “A pesquisa no Serviço Social é entendida, aqui, como um procedimento teórico metodológico, incorporada à práxis⁵ interventiva dos profissionais que possibilita o direcionamento de seus resultados.” (SETUBAL, 2007 apud VERONEZE, 2020, p. 30).

O assistente social que deseja aprimorar seu conhecimento em relação às expressões da questão social, compreenderá que a pesquisa requer a formulação de problemas gerados pelas demandas de determinada realidade social, de modo que se possam definir ações para responder aos questionamentos propostos, por meio de uma investigação crítica, criativa e propositiva.

Destaca-se a relação ética, diante das mudanças na sociedade, em vista das tecnologias, da globalização, e do crescimento da industrialização. Chamar atenção para uma consciência ética na pesquisa é um tema que deve ser socializado. Desta forma,

Refletir eticamente sobre a ética na pesquisa em Serviço Social supõe indagar se ela pode ser considerada uma ação capaz de estabelecer mediações práticas para objetivação de escolhas e valores éticos, lembrando que as opções são relativas a condições históricas determinadas socialmente [...]. (BARROCO, 2005 apud VERONEZE, 2020, p. 225).

Portanto, o serviço social, ao produzir estudos e pesquisas deve recorrer às diversas

⁵ Práxis, conforme Barroco, 1999, p. 122 apud Veronese, 2020, p. 30, é: “Atividade prática consciente que envolve um pensar e um fazer, ‘capaz de recriar necessidades, e capacidades, materiais e espirituais, instituindo um produto concreto antes inexistente’”.

metodologias e métodos para subsidiar sua intervenção, a fim de responder à expressão da questão social encontrada. Deve também propor devolutivas que beneficiem aos usuários com respostas, as quais objetivem a solução para transformação da realidade pesquisada.

3 Considerações finais

O objetivo deste artigo é aproximar o leitor do conteúdo relacionado à pesquisa em serviço social, aplicada em sua intervenção, como alternativa para desmistificar preconceitos acerca da população em situação de rua. O estudo se desenvolveu a partir da experiência de estágio no espaço socio-ocupacional de um projeto de extensão em uma instituição de ensino superior privada.

O propósito desta pesquisa, isto é, a compreensão do papel da pesquisa em serviço social na desconstrução de mitos acerca da população em situação de rua, foi alcançado. A produção de dados, seja na pesquisa ou em processos interventivos, deve ter sempre uma finalidade maior do que apenas registrar, isto é, deve objetivar subsídio de uma rede que atenda à população em situação de rua, e, de maneira abrangente, à criação de políticas públicas, desmistificando os diversos mitos que são disseminados no cotidiano. O conteúdo gerado nas pesquisas deve ser publicizado para toda a sociedade, para confrontar dados equivocados da mídia, que tende a reproduzir o preconceito.

Ressalta-se a importância do resgate histórico sobre a pesquisa em serviço social para compreensão da relevância do fortalecimento desta atribuição para a categoria atualmente. Espera-se que estágios, como o da extensão acadêmica, sejam valorizados pelas universidades públicas e privadas, e que a categoria faça jus, em especial, à atribuição de supervisionar estagiários para incentivá-los à pesquisa, concretizando o ensino e a aprendizagem constantemente.

A pesquisa é um despertar para novos conhecimentos, para construção e reconstrução do saber. Fornece ao profissional o embasamento para intervenção sobre a realidade, o que intensifica a práxis (teoria + prática + transformação da realidade). Sendo assim, compreende-se a importância da pesquisa para o exercício profissional qualificado e ético, com resultados que transbordem para as demais áreas de intervenção e do saber, bem como para os mais diversos atores sociais.

Referências

AQUINO, Isaura G. C. A participação do CBCISS no Movimento de Reconceituação e o

Congresso da Virada. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 559-577, set./dez. 2019. DOI 10.1590/0101-6628.194. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4Q73n98r7H339q3mjS7sGPM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, nov. 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em: 30 de maio de 2020.

AZEVEDO, Isabela Sarmet de. A dimensão ética da sistematização do exercício profissional. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 166-185, jan./jun. 2014. DOI 10.5433/1679-4842.2014v16n2p166.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **JusBrasil**, 2009. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/23500512/decreto-n-7053-de-23-de-dezembro-de-2009>. Acesso em: 24 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019. Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. **Diário Oficial da União**: seção 1: Poder Judiciário, Brasília, DF, ano 157, n. 123, p. 27, 28 junho 2008. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/06/2019&jornal=515&pagina=27&totalArquivos=291>. Acesso em: 24 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 24 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 mai. 2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **RUA**: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS (CBCISS). **Teorização do Serviço Social**: Seminários de Araxá, Teresopolis e Sumaré. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente**

Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 155-169, abr. 2018. DOI https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_11. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 mai. 2021.

FIGUEIREDO, Kenia Augusta. O assistente social na era das comunicações. *In*: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Mídia, questão social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 323-343.

FILHO, Ciro Marcondes. **Televisão: a vida pelo vídeo**. São Paulo: Moderna, 1988.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, mai. 2012. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFRGS); Curso de Graduação Tecnológica — Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS (coords.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. Viçosa: UNESAV, 2000. Disponível em:

<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

HACK, Neiva Silvana. **Aulas 1 a 5**. Rotas: Fundamentos Histórico Teórico Metodológicos do Serviço Social – Dimensão Metodológica. Curitiba: Uninter, 2017. (Restrito para alunos).

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico — metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LEITE, Karine da Costa *et al.* Reportagens sobre população em situação de rua em Curitiba: o que a sociedade vê. *In*: XIV ENFOC — ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA; XIII FÓRUM CIENTÍFICO; V SEMINÁRIO PIBID: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, 2019, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UNINTER, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/uninterenfoc2018/134844-reportagens-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-em-curitiba--o-que-a-sociedade-ve/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia, **Serviço Social: Identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NICOLAU, Maria Célia Correia; SANTOS, Tássia Rejane Monte. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 380-388, out./dez. 2016. DOI 10.1590/1414-49802016.003.00008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179649079008.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2020.

REIS, Patrícia Cerqueira. A comunicação como estratégia para a participação do cidadão no estado democrático de direito. **Organicom**, São Paulo, ano 8, n. 14, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139090/134439>. Acesso em: 2 nov. 2019.

VERONEZE, Renato Tadeu. **Pesquisa em Serviço Social: dimensão constitutiva do trabalho do Assistente Social**. Curitiba: InterSaberes, 2020. (Série Formação Profissional em Serviço Social).

YASBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. CRESSRN, 2009. Disponível em <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.